



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

ORIENTAÇÕES DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A AMPLIAÇÃO DA COBERTURA VACINAL NO ESTADO DO MARANHÃO

MARANHÃO

2023



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

Governador do Maranhão

Carlos Brandão

Secretário de Estado da Saúde

Tiago José Mendes Fernandes

Secretária Adjunta da Política de Atenção Primária e Vigilância em Saúde

Deborah Fernanda Campos da Silva Barbosa

Superintendente de Epidemiologia e Controle de Doenças

Tayara Costa Pereira

Chefe do Departamento de Controle das Doenças Imunopreveníveis

ID:00880349-00

Karla Halice Figueiredo

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Talita Fernandes Neulls – Técnica de Planejamento do Departamento de Controle das Doenças Imunopreveníveis – DCDI/SES

Thiago dos Santos Dias – Técnico de Planejamento do Departamento de Controle das Doenças Imunopreveníveis – DCDI/SES

REVISÃO

Karla Halice de Carvalho Figueiredo – Chefe do Departamento de Controle das Doenças Imunopreveníveis – DCDI/SES

Fábia Maria Eugênio e Silva - Enfermeira do Departamento de Controle das Doenças Imunopreveníveis – DCDI/SES

Joseneide Vitória Matos Silva – Coordenadora da Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos do Maranhão – CEADI/MA

São Luís, 24 de março de 2023.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

1 - INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 18 de setembro de 1973 e institucionalizado em 1975, meio da Lei 6.259, de 30 de outubro está comemorando 50 anos em 2023. O programa nasceu com os objetivos de coordenar, garantir a continuidade e ampliar a abrangência das ações de vacinação. O primeiro calendário de vacinação foi estabelecido em 1977 e incluía a BCG (contra as formas graves de tuberculose), a poliomielite oral (VOP), a tríplice bacteriana (DTP), que previne a difteria, tétano e coqueluche, e a vacina contra o sarampo.

Em 1980 iniciou a implantação dos Dias Nacionais da Vacinação, como parte de uma estratégia que levaria ao fim da poliomielite no Brasil, sendo o último caso registrado em 1989 e o certificado de eliminação foi concedido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 1994. O aperfeiçoamento da estrutura do programa e um plano de comunicação exemplar, marcado pela criação do personagem Zé Gotinha (1986) e pelo apoio de personalidades com grande apelo junto ao público infantil, alavancaram as coberturas vacinais e fizeram das imunizações parte do cotidiano brasileiro.

O PNI se consolidou como um dos melhores exemplos de garantia de acesso universal e igualitário à saúde, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Graças ao programa foi possível eliminar a poliomielite, a rubéola, a síndrome da rubéola congênita, o tétano materno e neonatal; eliminar temporariamente o sarampo; e reduzir significativamente a incidência de importantes causas de adoecimento e mortalidade, como a difteria, as meningites bacterianas, a coqueluche, entre outras.

Atualmente, o calendário de rotina contempla 48 imunobiológicos, entre vacinas, imunoglobulinas e soros, oferecidos para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Nos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE), pessoas imunodeprimidas por doença ou tratamento; que vivem com doenças crônicas – como diabetes, cardiopatias e pneumopatias – que aumentam o risco de infecção ou complicações por enfermidades imunopreveníveis; e seus contatos próximos, têm direito a receber algumas vacinas que não são encontradas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou que não são oferecidas para as suas faixas etárias.



**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS**

Inclusive, ao se falar das Unidades Básicas de Saúde (UBS) não há como separar a imunização da população brasileira com as atividades de grande importância da Atenção Primária à Saúde (APS), visto que é um setor estratégico, sendo importante para prevenção de doenças e agravos em saúde, compreendido como a porta de acesso no Sistema Único de Saúde (SUS).

Nas Unidades Básicas de Saúde, a vacinação de rotina deve seguir de acordo com as normas do PNI, de acordo as orientações de acordo com Calendário Nacional de Vacinação. Além do mais, as UBS podem e devem implementar estratégias para o aumento da cobertura vacinal, partindo da perspectiva que estamos acompanhando a queda da cobertura vacinal em todo país desde 2018, acentuada com a pandemia de Covid-19, principalmente em regiões de saúde mais vulneráveis.

Em outras palavras, é de suma importância a integração entre as ações da Atenção Primária à Saúde e a Vigilância Epidemiológica, em especial o Departamento de Controle de Doenças Imunopreveníveis do estado do Maranhão, com o intuito de aumentar a cobertura vacinal estadual e atingir as metas estabelecidas pelo PNI.

Portanto, o aumento da cobertura vacinal no Maranhão deve envolver as atividades da Atenção Primária da Saúde (APS), das Secretarias Municipais da Saúde (SMS), do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), da Comissão Intergestores Regionais (CIR), do Conselho Estadual de Saúde (CES), dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS), Secretarias Estadual e Municipais de Educação, além de outras parcerias que visem ampliar o acesso à saúde da população.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

2 – CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO NO ESTADO DO MARANHÃO

Avaliar as Coberturas Vacinais, assim como sua homogeneidade é de extrema importância tanto para o acompanhamento do nível de acesso da população aos imunobiológicos, quanto para analisar a efetividade da política de imunização desenvolvida.

De acordo do Calendário Básico de Vacinação das crianças menores de 1 (um) ano de idade, de janeiro a dezembro de 2022, de modo geral, apenas parte dos municípios maranhenses conseguiram atingir as metas de cobertura vacinal preconizadas pelo PNI. Tal fato caracteriza um risco para reintrodução de várias doenças imunopreveníveis no estado do Maranhão. Em uma visão geral do estado podemos observar na Tabela 1 abaixo:

Segundo a Tabela 1 o estado do Maranhão como um todo não alcançou as metas de vacinação de crianças menores de (1) um em nenhuma das vacinas do Calendário Básico do PNI no ano de 2022.

TABELA 1 - Cobertura Vacinal da Rotina em crianças menores de 1 ano, no estado do Maranhão de janeiro a dezembro de 2022.

DADOS REPESADOS EM CONSTANTES ATUALIZAÇÕES			META 90%		META 95%						Números de vacinas com % Adequadas
REGIÃO DE SAÚDE	MUNICIPIOS	META ANUAL A VACINAR	BCG	Rotavírus Humano	Hepatite B(<30 dias)	Pneumocócica (<1 ano)	Pentavalente (<1 ano)	Poliomielite (<1 ano)	Febre Amarela	Menigocócica Conj. C (<1 ano)	
UF	MARANHÃO	106073	79,90	68,13	73,43	76,89	73,56	73,30	58,18	72,70	0

Fonte: sipni.datasus.gov.br

Assim como também ocorreu com a Cobertura Vacinal de crianças de 1 (um) ano de idade, conforme pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2 - Cobertura Vacinal da Rotina em crianças de 1 ano, no estado do Maranhão de janeiro a dezembro de 2022.

POR RESIDENCIA		MUNICIPIOS	META ANUAL A VACINAR	META 95%					
REGIONAL DE SAÚDE	Hepatite A			Menigocócica Conj. C(1 an)	Pneumocócica(1 ano)	Tríplice Viral - D1	Tríplice Viral - D2	Polio(VOP/VIP) (1ªREF)	
UF	MARANHÃO	106073	63,31	71,04	70,71	72,75	46,53	58,16	

Fonte: sipni.datasus.gov.br

Diante deste cenário epidemiológico referente a administração das vacinas do Calendário Nacional de Imunização, tanto em crianças menores de 1 (um), quanto de 1



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

(um) ano de idade o objetivo do presente documento visa orientar os municípios do Estado do Maranhão sobre estratégias que possa vir a colaborar na mudança da realidade do estadual, com o aumento da Cobertura Vacinal, atingindo as metas estabelecidas pelo Programa Nacional de Imunizações e garantindo a prevenção de várias doenças na população maranhense.

3 – DIVISÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

A Cobertura Vacinal (CV) é mensurada como o percentual de vacinados na população alvo para cada vacina e se constitui em dado essencial para demonstrar a efetividade e a eficiência da Programa de Imunização, no âmbito das Secretarias Estaduais (SES) e Municipais (SMS).

A vigilância das CV é essencial como acompanhamento do nível de acesso da população aos imunobiológicos e indispensável para avaliar a efetividade da política de imunização desenvolvida.

Nesse sentido, cada ente federativo possui responsabilidades nesse processo. **A responsabilidade do ente federativo em âmbito nacional, o Ministério da Saúde corresponde:**

RESPONSABILIDADES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

A coordenação do Programa Nacional de Imunizações através da proposição de estratégias, publicação de normas técnicas e a definição dos imunobiológicos disponíveis nos calendários e campanhas de vacinação no Brasil;

A aquisição e distribuição dos imunobiológicos de acordo com a necessidade de cada estado;

Além da gestão do sistema de informação do PNI (SIPNI), através da consolidação e análise dos dados nacionais e o feedback aos estados.

Em relação a **Esfra Estadual**, cabe:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

RESPONSABILIDADES DAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE

Coordenar o componente estadual do PNI, realizando a distribuição dos imunobiológicos de acordo com a necessidade de cada município;

Garantir o fornecimento de seringas e agulhas, tidos como insumos estratégicos;

E a gestão do sistema de informação do PNI (SIPNI), através da consolidação e análise dos dados municipais e o feedback aos municípios maranhenses.

E, por fim, a **Esfera Municipal** tem a responsabilidade:

RESPONSABILIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

A coordenação e execução das ações de vacinação, abrangendo a vacinação de rotina e a notificação de eventos adversos e óbitos que possam estar associados à vacinação;

Gerenciar o estoque municipal de vacinas e outros insumos, abarcando o armazenamento e o transporte para seus locais de uso, de acordo com as normas presentes no PNI;

Descartar e destinar corretamente os frascos, seringas e agulhas utilizados, conforme as normas técnicas vigentes;

A gestão do sistema de informação do PNI, com a coleta, o processamento, a consolidação e a avaliação da qualidade dos dados vindos das salas de vacinação.

Ainda a nível da **Esfera Municipal**, cabe a **EQUIPE RESPONSÁVEL PELO TRABALHO NA SALA DE VACINAÇÃO**:

- Planejar as atividades de vacinação, monitorar e avaliar o trabalho desenvolvido;
- Planejar as atividades de vacinação, monitorar e avaliar o trabalho desenvolvido;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

- **Manter as condições de conservação dos imunobiológicos, conforme descrito no PNI;**
- **Manusear os equipamentos de forma a preservá-los em condições de bom funcionamento;**
- **Dar destino adequado aos resíduos da sala de vacinação;**
- **Registrar todos os dados referentes às atividades de vacinação nos impressos adequados para a manutenção, o histórico vacinal do indivíduo e a alimentação dos sistemas de informação do PNI**
- **Manter o arquivo da sala de vacinação em ordem;**
- **Promover a organização e monitorar a limpeza da sala de vacinação.**



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

Nesse sentido, compete ressaltar a responsabilidade das equipes de Atenção Primária à Saúde (APS) na vacinação:

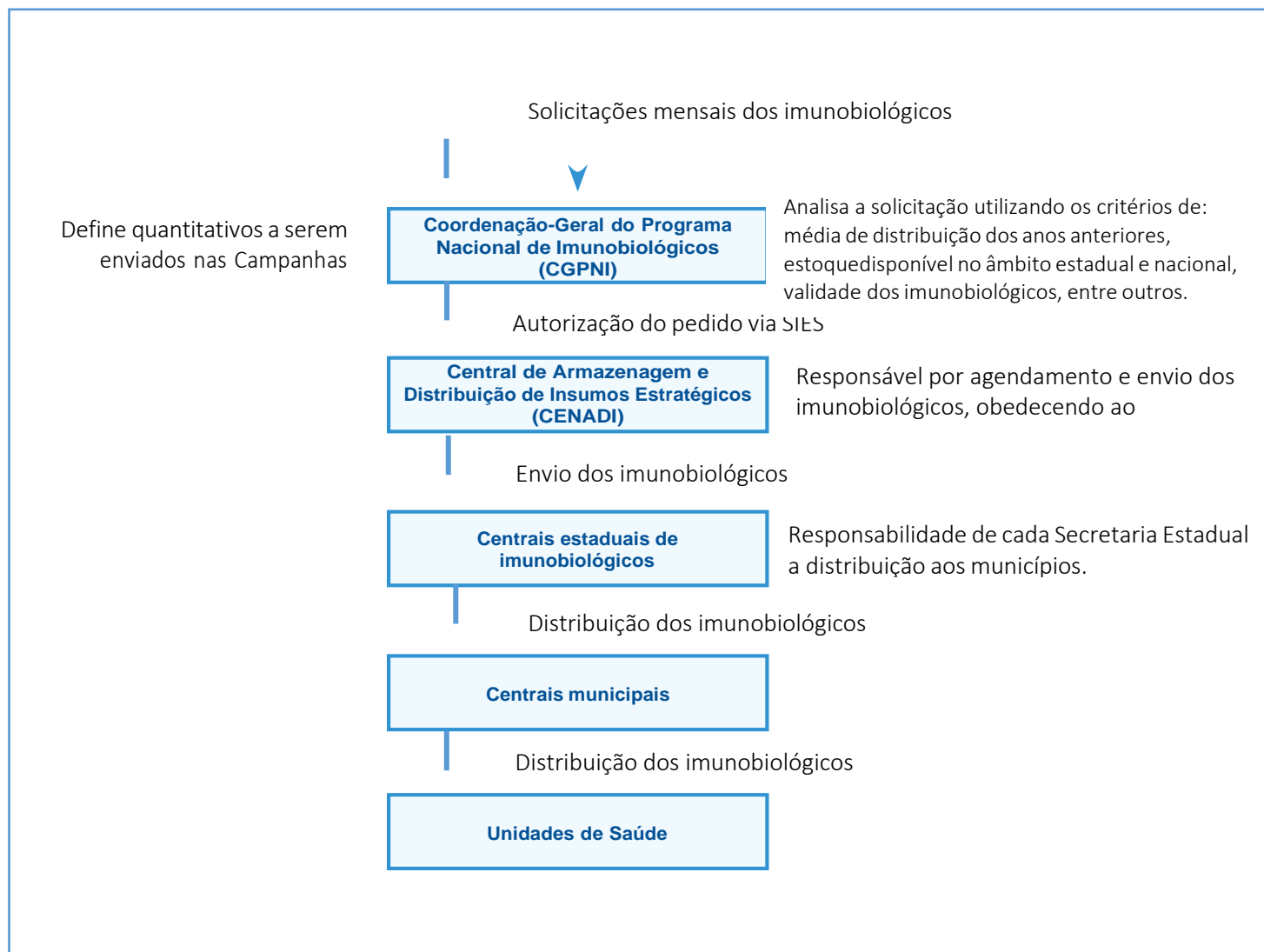
Todos os profissionais de saúde	Fomentar ações que promovam a vacinação, a educação em saúde, a busca ativa, a consulta ao cartão de vacinação em todos os momentos de contato com o usuário (acolhimento, consulta, visita domiciliar, outros serviços na unidade, atividades coletivas e em grupo) e a orientação da comunidade.
Enfermeiros	Responsável técnico e administrativo pelas atividades em sala de vacina. Deve supervisionar todas as ações de imunização e estar atento a possíveis reações adversas causadas pelos imunobiológicos. Além disso, diante da necessidade da população, principalmente nas situações em que usuários faltosos acessam o serviço, e em caso de ausência do técnico/auxiliar de enfermagem, o enfermeiro pode realizar administração de imunobiológicos, registro de vacinação, contagem de estoque e movimentação dos imunobiológicos.
Auxiliares/técnicos de enfermagem	Administração de imunobiológicos, registro da vacinação, contagem de estoque e movimentação dos imunobiológicos.
Médicos	Estar atento a possíveis reações adversas causadas pelos imunobiológicos. Além disso, em situações extremamente necessárias, o médico também pode realizar administração de imunobiológicos e registro de vacinação.
Agente Comunitário de Saúde	Verificar o cartão-espelho, orientar a população sobre a importância da vacinação e identificar, durante as visitas domiciliares, pessoas não vacinadas para atualização vacinal.
Gerentes de APS	Garantir que a sala de vacina esteja aberta durante todo o horário de funcionamento da Unidade de Saúde e que sempre seja o último serviço a fechar. Garantir que as equipes de saúde realizem ações de promoção da imunização, tanto nas unidades quanto extramuros. Apoiar na garantia do abastecimento de vacinas e materiais. Interlocução com os demais pontos da rede de atenção e coordenação de vigilância. Gestão e organização da agenda e processo de trabalho das equipes que atuam na APS sob sua gerência. Inserir, avaliar e monitorar ações de imunização no planejamento das equipes. Assegurar a adequada alimentação de dados de vacinação nos sistemas de informação. Promover aprimoramento, atualização e educação permanente/reflexão das práticas dos profissionais na unidade de saúde.

Fonte: Ministério da Saúde, 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

E o fluxo de distribuição dos imunobiológicos, de acordo com cada ente federativo:



Fonte: Ministério da Saúde, 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

4 – ORIENTAÇÕES PARA AÇÕES DE AMPLIAÇÃO DA COBERTURA VACINAL NO MARANHÃO

Para que o estado do Maranhão obtenha êxito na ampliação da Cobertura Vacinal deve-se assegurar estratégias que potencializem as ações da Atenção Primária à Saúde com o setor de imunização tanto a nível estadual quanto a nível municipal, garantindo que:

a) O funcionamento da sala de vacina:

- A sala de vacina deve estar aberta para garantir o acesso dos usuários, podendo ser durante o horário de funcionamento da Unidade Básica de Saúde (UBS) ou em horários alternativos que possam ser pensados para facilitar a sua utilização pelos usuário, como flexibilização de horários e dias de atendimento e realizar a vacinação em locais alternativos com mais fluxo de pessoas, desde que tenha profissionais capacitados para os procedimentos e enfermeiro responsável pela supervisão;
- Os documentos exigidos para a vacinação são apenas o CPF e/ou o cartão do SUS para garantia do registro; caso o serviço de saúde seja informatizado deve-se procurar os dados de vacinação do usuário e o orientar sobre a importância do Cartão do SUS em próximos acessos;
- Para que não ocorra perda na vacinação dos usuários deve ser realizada independentemente de qualquer estabilidade do sistema de informação, utilizando as fichas para registro de doses aplicadas e posteriormente lançá-las no sistema;
- As Coordenações Municipais de Atenção Primária e de Vigilância/ Imunização devem estar articuladas para a garantia do fornecimento regular de imunobiológicos e organização do fluxo de distribuição, com o objetivo de evitar e prevenir faltas de vacinas nas unidades;
- Garantir a organização do processo de trabalho para o devido abastecimento de vacinas e materiais;
- Em casos de vacinação extramuros ou em ações de vacinação pode se utilizar registro simplificado em fichas e uso de caixa térmica de uso diário de armazenamento, contando com outra sala de vacina de suporte do município.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

b) A vacinação de rotina:

- As equipes que atuam na Unidade Básica de Saúde devem garantir a vacinação diária da população de acordo com o calendário de vacinação do PNI, a fim de assegurar o controle das doenças imunopreveníveis;
- A equipe da sala de vacinação (enfermagem e técnicos de enfermagem) deve atuar de forma integrada com os demais profissionais das equipes de saúde, para evitar as perdas de oportunidades de vacinação. Aproveitar as oportunidades de atendimento em outros setores da unidade de saúde para verificar a situação vacinal e orientar/encaminhar à sala de vacinação para iniciar ou completar o esquema vacinal, quando necessário;
- O profissional da saúde quando estiver realizando as visitas domiciliares deve aproveitar a oportunidade para verificação do cartão de vacinação do usuário, verificando se os esquemas de vacinação estão completos ou não e orientar sobre a prevenção por meio da vacinação;
- O profissional das equipes da APS em conjunto com o setor de imunização deve realizar a busca ativa dos usuários que possam estar em situação vacinal desatualizada;
- Os profissionais sempre devem estar atentos às atualizações das publicações de diretrizes do Ministério da Saúde para as ações de imunização;
- As equipes de saúde podem, de acordo com o público-alvo para vacinação, trabalhar em parceria com outros setores do município, como no caso da inclusão na agenda escolar do Programa Saúde na Escola (PSE), trazendo aos pais e toda comunidade escolar a importância da vacinação;
- A equipe de saúde deve reconhecer a população em vulnerabilidade dentro do seu território e atuar preventivamente, realizando ações voltadas a essa população, como imigrantes, itinerantes, pessoas em situação de rua, em privação de liberdade, quilombolas etc.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

c) Em casos de surtos:

- Monitorar surtos ativos e construir plano de ação com estratégias de resposta rápida ao enfrentamento da situação;
- A equipe de vigilância epidemiológica em conjunto com o setor de imunização do município deve realizar o bloqueio vacinal quando ocorrer casos suspeitos de doença imunoprevenível, no prazo máximo de 72 horas após a notificação do caso;
- Garantir recursos humanos, de logística e financeiros para a operacionalização do bloqueio vacinal;
- Intensificar ações de vacinação, na UBS e extramuros com objetivo de chegar as pessoas que não foram vacinadas ou estão com o esquema vacinal incompleto;
- Quando necessário realizar parcerias que visam reforçar a orientação da população sobre a importância da vacina.

d) Para o monitoramento da cobertura vacinal:

- O monitoramento periódico da cobertura vacinal é de responsabilidade de toda a equipe de saúde, para que se possa fazer avaliações da situação vacinal da população em cada território e organizar a busca ativa de não vacinados ou com esquema vacinal incompleto;
- O monitoramento pode ser realizado de maneira rápida, por meio do controle em sala de vacina, com base nas informações que esteja no comprovante de vacinação;
- Todos os profissionais de saúde da unidade devem incluir o monitoramento vacinal em sua rotina de trabalho;
- As unidades de saúde devem atualizar mensalmente o cálculo da cobertura vacinal para subsidiar o planejamento para alcance das metas.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

e) A orientação e mobilização da população para a vacinação:

- Os profissionais da saúde devem sempre conscientizar os usuários sobre a importância da vacinação e de estar com o cartão de vacinação atualizado;
- Deve-se utilizar as mídias disponíveis em seu município para alertar a população, como panfletagens, a rádio comunitária, os avisos nas unidades de saúde ou em locais com aglomeração de pessoas, o uso de WhatsApp ou outras redes sociais;
- Manter a articulação entre as secretarias de saúde e educação nos municípios maranhenses para orientação dos pais, professores e líderes comunitários em relação a importância da vacinação;
- Realizar diálogos com as famílias residentes no território sobre a segurança da vacinação, desmistificando informações falsas. Nesse caso, pode ser realizadas parcerias com os CRAS, CREAS e Conselho Tutelar.

f) A qualificação profissional:

- O Departamento de Controle de Doenças Imunopreveníveis (DCDI) do estado do Maranhão deve desenvolver treinamentos periódicos destinados a capacitação dos profissionais que estão envolvidos diretamente com a vacinação nos 217 municípios do estado, incluindo profissionais da APS, de acordo com as normas atualizadas do Ministério da Saúde;
- Os departamentos de imunização dos municípios maranhenses também têm responsabilidade de garantir cursos de qualificação profissional, incluindo as equipes que atuam na APS.

g) O registro de informação sobre vacinação:

- Os Sistemas da estratégia e-SUS AB são sistemas adotados para o registro das doses aplicadas no âmbito da APS e o Sistema de Informações do PNI auxilia o monitoramento da cobertura vacinal;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

- As ações de vacinação devem ser realizadas independente da estabilidade dos sistemas, com os registros alternativos, como se faz nos períodos de campanhas de vacinação ou vacinação extramuros.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do estado do Maranhão obter índices abaixo do esperado para a Cobertura Vacinal em crianças menores de 1 (um) ano de idade no ano de 2022, muitos fatores envolvem tal questão, com destaque para a pandemia a de Covid-19 que causou uma queda das CV em todo país. No entanto, temos como desafio a partir do presente ano de 2023 aumentar tais metas, chegando ao preconizado pelo PNI, com o intuito de promover saúde e garantir a população maranhense prevenção contra as doenças imunopreveníveis. E é com esse intuito que tal guia de orientação foi elaborado para que os municípios consigam visualizar o cenário em que cada um se encontra e sejam orientados quanto as ações que podem e devem ser desenvolvidas, de acordo com a realidade local, para a transformação do panorama em que o estado se encontra.

Por essa razão, todos os setores que estão direta e indiretamente, como a Atenção Primária à Saúde e a Vigilância em Saúde, ligados a vacinação devem estar caminhando lado a lado para evitar que doenças já erradicadas no Brasil (e no estado do Maranhão) não voltem a comprometer a saúde da população.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SAPAPVS/SES
SUPERINTENDÊNCIA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Orientações para a ampliação da cobertura vacinal na atenção primária à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em:http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/guia_vacinacao_gestores.pdf. Acesso em: 20 de março de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de normas e Procedimentos para vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf).

[saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf). Acesso em: 10 de março de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Manual PEC 3.2**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Calendário básico de imunização do Programa Nacional de Imunização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.